

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE CURITIBA: INSÍGNIA DO ENSINO SUPERIOR CATÓLICO PARANAENSE (1950)

The Catholic Faculty of Philosophy of Curitiba: an emblem of Catholic
higher education in Parana (1950)

Facultad Católica de Filosofía de Curitiba: insignia de la enseñanza
superior católica paranaense (1950)

Névio de Campos

Doutor em Educação pela UFPR. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG.

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Ponta Grossa – PR – Brasil

Endereço:

Rua: Lopes Trovão, 262
Vila Estrela - Ponta Grossa – PR / CEP: 84040-080

E-mail:

nmeistrado@ig.com.br

Artigo recebido em 20/08/2009

Aprovado em 16/06/2010

RESUMO

O presente artigo analisa o processo de constituição da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba (FCFC), enfatizando o problema do Ensino Superior entre os intelectuais paranaenses. A educação e o Ensino Superior constituem aspectos fundamentais da intervenção político-pastoral da Igreja Católica no Brasil e no Paraná. A criação de escolas e a fundação de instituições de Ensino Superior e de centros culturais materializam a ação da Igreja. A forte presença da Igreja Católica no Ensino Secundário e no Ensino Superior constitui a estratégia de formar as elites intelectuais e as políticas do Brasil e do Paraná. Sob a perspectiva da história intelectual da educação e de dados da FFCL, é possível afirmar que, em Curitiba, o Ensino Superior católico foi estabelecido com o objetivo de formar as novas gerações (lideranças intelectuais e políticas), assim como aglutinar os intelectuais e os políticos que ocupavam as esferas públicas para servir ao projeto da Igreja Católica.

Palavras-chave: História. Intelectuais. Ensino Superior. Igreja Católica.

ABSTRACT

This article analyzes the process of constitution of the Catholic Faculty of Philosophy of Curitiba (FCFC), placing special emphasis on the problem of higher education among intellectuals of Paraná. Education and higher education are fundamental aspects in the political and pastoral intervention of the Catholic Church in Brazil and in Paraná. The creation of schools and the foundation of Higher Education Institutions and cultural centers are practical actions carried out by the Church. The strong presence of the Catholic Church in Secondary and Higher Education is a strategy for forming an intellectual and political elite in Brazil and Paraná. From a perspective of the intellectual history of education and FFCL data, it can be said that in Curitiba, Catholic Higher Education was established with the objective of forming new generations (intellectual and political leaders), and gathering intellectuals and politicians from the public domains, to serve the purposes of the Catholic Church.

KEY WORDS: History. Intellectuals. Higher education. Catholic Church.

RESUMEN

El presente artículo analiza el proceso de constitución de la Facultad Católica de Filosofía de Curitiba (FCFC), enfatizando el problema de la Enseñanza Superior entre los intelectuales paranaenses. La educación y la Enseñanza Superior constituyen aspectos fundamentales de la intervención político-pastoral de la Iglesia Católica en Brasil y en Paraná. La creación de escuelas y la fundación de instituciones de Enseñanza Superior y de centros culturales materializan la acción de la Iglesia. La fuerte presencia de la Iglesia Católica en la Enseñanza Secundaria y en la Enseñanza Superior constituye la estrategia para formar a las elites intelectuales y políticas de Brasil y de Paraná. Bajo la perspectiva de la historia intelectual de la educación y de datos de la FFCL, es posible afirmar que en Curitiba la Enseñanza Superior católica fue establecida con el objetivo de formar a las novas generaciones (liderazgos intelectuales y políticos), así como aglutinar a los intelectuales y a los políticos que ocupaban las esferas públicas para servir al proyecto de la Iglesia Católica.

PALABRAS CLAVE: Historia. Intelectuales. Enseñanza Superior. Iglesia Católica.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa analisar o processo de constituição da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba (FCFC), enfatizando o problema do Ensino Superior entre os intelectuais católicos brasileiros e paranaenses e a presença do poder eclesiástico e do poder civil na criação da FCFC. A discussão privilegia dois aspectos: o primeiro se refere à história do Ensino Superior no Estado do Paraná; e o segundo diz respeito ao papel dos intelectuais na organização do Ensino Superior na capital paranaense.

A relevância do primeiro aspecto se deve ao fato de essa pesquisa dialogar e estar inserida aos projetos acadêmicos que investigam a história do Ensino Superior no Brasil. O segundo aspecto está relacionado à História Intelectual da Educação Brasileira. Nesse sentido, essa contribuição se refere ao debate a despeito do papel dos intelectuais brasileiros e paranaenses no processo de constituição de projetos formativos, particularmente do projeto de Ensino Superior católico.

O conceito de intelectual como organizador da cultura (visões de mundo) e de projetos formativos (escolas, jornais, centros culturais, faculdades) ganha relevância nesta análise, pois, de acordo com Antonio Gramsci:

Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um 'filósofo', um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2001, p. 52-53, grifo do autor).

Os projetos culturais e a constituição de espaços educativos são mediados pela intervenção dos intelectuais, aqueles que participam das práticas sociais, sintetizam, sistematizam as ideias de um grupo social e propõem projetos de ação. Essa acepção se mostra instigante ao debate acadêmico, particularmente a este artigo, que tematiza a presença dos intelectuais católicos na organização da educação superior e da sociedade paranaense.

O PROBLEMA DO ENSINO SUPERIOR: UMA DISCUSSÃO INTRODUTÓRIA

O debate em torno do Ensino Superior moveu diferentes grupos ao longo da história da universidade no Ocidente. A sua estrutura inicial privilegiou a faculdade de Arte (também denominada de Filosofia, Letras, Artes e Ciências, Humanidades), bem como as faculdades de Direito, Medicina

e Teologia. Esta organização sofreu ao longo do tempo alterações, particularmente, ao serem incorporadas as escolas e as faculdades de engenharias.

A estrutura indicada acima foi referência para diferentes experiências universitárias no Brasil ao longo do século XIX e grande parte do século XX, embora não seja possível afirmar que as quatro faculdades tenham sido contempladas nos projetos organizados pelos intelectuais brasileiros. No Império, por exemplo, a organização universitária contemplou apenas cursos de caráter técnico, cuja experiência se aproximava do modelo napoleônico.

A Universidade de Berlim, criada em 1810, expressou o que conhecemos como modelo universitário alemão, cuja discussão foi estabelecida por Emanuel Kant, João Fichte, Frederico Schleiermacher e Guilherme de Humboldt. A Universidade Imperial Francesa, denominação estabelecida por lei em 1806, expressava a concepção universitária napoleônica, cuja estrutura estava baseada em escolas e faculdades isoladas. A Universidade de Louvain, criada em 1834, foi basilar para a organização de instituições católicas de Ensino Superior em diferentes lugares.

As ideias desenvolvidas por esses autores alemães, experimentadas inicialmente em Berlim, tiveram impacto progressivo nas universidades mais antigas e tradicionalistas da Prússia. Segundo Charle e Verger, essas ideias “fundam o que se convencionou denominar modelo universitário alemão” (CHARLE; VERGER, 1996, p. 71). É possível afirmar que a Universidade de Berlim constituiu uma concepção de Ensino Superior alicerçada nas ideias de investigação e de docência. Em outros termos, a universidade humboldtiana foi constituída por uma comunidade de pesquisadores, cuja finalidade seria a aspiração da humanidade à verdade, garantida pela unidade da pesquisa e do ensino e fundamentada nos princípios da liberdade de aprender, da liberdade de ensinar e da liberdade do pesquisador e do estudante.

Não é possível indicar textos que contenham reflexões sobre a universidade francesa, como os que se observaram na Alemanha com Kant, Fichte, Humboldt e outros. Nesse sentido, as referências à experiência francesa estavam centradas nas produções do período napoleônico. Napoleão Bonaparte visava restaurar a ordem na sociedade francesa por meio da instrução pública. Assim, a universidade napoleônica representava, antes de tudo, uma estratégia política, ou seja, o novo sistema de Ensino Superior visava oferecer ao Estado e à sociedade pós-revolucionária os quadros necessários para a estabilização de um país conturbado, controlando estritamente sua formação, em conformidade com a nova ordem social e impedindo o renascimento de novas corporações profissionais.

O modelo universitário confessional católico pode ser entendido como uma terceira experiência que teve forte impacto no pensamento moderno, pois em diferentes lugares da Europa e do Brasil serviu de base para a constituição de instituições de Ensino Superior. A relação entre universidade e religião é muito forte, pois no Ocidente estiveram entrelaçadas. No entanto, com diversos movimentos de laicização, observamos a constituição de instituições de Ensino Superior de caráter não confessional ou de outras organizações religiosas que não católicas.

A Igreja Católica expressava por meio dos documentos oficiais a sua doutrina, bem como as suas críticas ao movimento laicista. Os pontífices Gregório XVI, Pio IX, Leão XIII, Pio X, Bento XV e Pio XI, que dirigiram a Igreja entre 1831 e 1939, foram responsáveis pela constituição do pensamento e das estratégias criadas para estabelecer o confronto com o pensamento laico, bem como para pensar novas condições para a permanência do ideário católico na sociedade contemporânea.

No Brasil, houve diferentes debates sobre a universidade, mas ao longo do período imperial observamos a existência de faculdades e escolas isoladas, pois desde 1808 foram criados cursos destinados a formar profissionais para o Estado. Conforme Maria de Lourdes Fávero:

Se excluirmos algumas cadeiras que objetivavam oferecer estudos de caráter mais desinteressado, tais como Matemática Superior, em Pernambuco (1809), Desenho e História, em Vila Rica (1817), e Retórica e Filosofia, em Paracatu, Minas Gerais, a obra de D. João VI, em matéria de ensino superior, decerto, foi marcada pelo caráter utilitário e pragmático. (FÁVERO, 2000, p. 20).

Ao longo da República, diversas reformas foram instituídas no ensino brasileiro, como, por exemplo, a de 1891, de Benjamim Constant; e a de 1910, de Rivadavia Corrêa que, juntas, estabeleceram mais vinte e sete escolas superiores, direcionadas para as áreas de formação técnica. Com a Reforma Rivadavia Corrêa foram criadas várias universidades no país, a saber, Universidade de São Paulo (1913), Universidade do Paraná (1912), Universidade de Manaus (1909) e Universidade

do Rio de Janeiro (1920), sendo que as três primeiras foram modificadas, em 1915, com a Reforma Carlos Maximiliano; já a última representou uma ação do Governo Federal, que objetivava centralizar em seu poder o controle do Ensino Superior e se constituiu da aglutinação das Escolas Politécnicas e de Medicina do Rio de Janeiro com a Faculdade de Direito.

A Reforma Francisco Campos (1931) representou o estabelecimento de uma estrutura para a organização do Ensino Superior, pois naquele contexto o governo brasileiro instituiu o Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP), com o objetivo de constituir um sistema nacional de ensino. Nesse aspecto, para o Ensino Superior foi instaurado o sistema universitário, o qual prescrevia que, pelo menos, três institutos de ensino, incluídos os de Direito, Medicina e de Engenharia ou, em vez de um deles, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, deveriam existir para constituir uma universidade. Naquele momento, a Universidade do Rio de Janeiro passou por sua primeira reorganização, a fim de funcionar de acordo com o sistema universitário estabelecido pela reforma.

Nos anos de 1930, o Brasil teve três experiências no Ensino Superior, ao estabelecer a Universidade de São Paulo (USP) em 1934, a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935 e a Universidade do Brasil (UB) em 1937. A USP foi organizada por um grupo de intelectuais, com a participação de Fernando de Azevedo; a UDF foi idealizada por Anísio Teixeira; e a UB foi implementada por Gustavo Capanema.

No Estado do Paraná, é possível sustentar que o movimento dominante em defesa do Ensino Superior preconizava a criação de faculdades ou escolas de formação profissionalizante. Para esse grupo, os profissionais das engenharias, da medicina e do direito deveriam ocupar as esferas estratégicas do estado, a fim de conduzi-lo ao progresso e à modernização. Nesse aspecto, a contribuição do projeto universitário de 1912 foi fundamental, pois colocou a serviço da capital e do estado um corpo de especialistas com capacidade de sistematizar projetos e programas para as diferentes esferas, particularmente às de economia, infraestrutura, educação e saúde pública. Por outro lado, apenas no início da década de 1940 o Ensino Superior estabeleceu as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no Paraná com marcas profundas da doutrina católica, portanto, muito diferente da experiência da Faculdade de Filosofia constituída em São Paulo na década de 1930.

Nos anos de 1940 ocorreu o processo de consolidação da universidade no Estado do Paraná. Essa nova situação resultou da ação dos grupos envolvidos com o Ensino Superior nesse estado, bem como das políticas públicas federais para esse grau de ensino que estabeleceu a possibilidade de transformar as faculdades privadas e confessionais em universidades públicas federais. Em 1946, a Universidade do Paraná foi oficializada com a aglutinação das Faculdades de Medicina, de Engenharia, de Direito e Filosofia, Ciências e Letras. Em 1950, essa instituição foi transformada em Universidade Federal do Paraná. Nesse sentido, o período entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX constituiu o processo de efetivação da universidade na capital do Paraná. Já no final da década de 1940, entre os professores da Universidade do Paraná e os dirigentes políticos desse estado, houve discussão a respeito da necessidade de expansão do Ensino Superior nas terras paranaenses, o que resultou na criação de diversas faculdades, entre elas uma católica. Desse modo, no decorrer dos próximos itens discutiremos sobre a constituição da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba.

PENSAMENTO CATÓLICO E ENSINO SUPERIOR ENTRE OS INTELECTUAIS BRASILEIROS E PARANAENSES

A presença da Igreja Católica na história da educação brasileira foi marcante em todos os graus de ensino. Ela recebeu da Corte portuguesa a concessão para coordenar o projeto educativo durante a colônia, embora a metrópole tenha impedido a criação de faculdades e universidades ao longo daquele período. Oficialmente, a Igreja Católica controlou o ensino na colônia brasileira até a expulsão dos jesuítas em 1759.

No decorrer do Império, as relações entre poder civil e poder eclesiástico estiveram oficialmente formalizadas. O sistema do padroado expressava a relação indissociável entre Igreja e Império. Por um lado, a Igreja usufruiu dos benefícios de ser a religião oficial do Estado ao acumular um significativo capital econômico, capital político e capital simbólico. Por outro, sempre esteve controlada pelo poder civil. Apesar disso, houve, ao longo da segunda metade do século XIX, diversos confrontos entre esses dois poderes.

A República, do ponto de vista formal, consubstanciou a ruptura entre Igreja e Estado. Com a nova conjuntura política, a igreja sofreu algumas perdas, entre as quais destacamos o fim do privilégio de ser a religião oficial do Estado. Em decorrência disso, as esferas públicas deveriam excluir os símbolos do catolicismo, como, por exemplo, a retirada do ensino religioso das escolas públicas. Entrementes, a Igreja não precisava de autorização do poder civil para organizar as dioceses, para criar os seminários e para trazer as congregações religiosas para o Brasil. Outra vantagem foi a manutenção do capital econômico, pois os bens da Igreja não foram incorporados pelo Estado.

Com a República, a Igreja passou a usufruir o direito constitucional, que estabelecia a liberdade de crença religiosa. Nesse sentido, os estados laicos não se constituíram com a extinção das religiões, mas garantiram a liberdade de culto religioso. Nesse aspecto, a Igreja Católica gozou de vantagens em relações às demais, pois já contava com capital econômico, capital simbólico, capital social e capital político. Já na segunda metade do século XIX, ela trouxe inúmeras ordens religiosas para o Brasil, para coordenarem a criação de colégios masculinos e femininos, hospitais e conventos para formar novos religiosos.

Uma das estratégias da Igreja foi a criação de diversas dioceses. A Diocese de Curitiba, criada em 1892, foi produto desse movimento empreendido pela alta hierarquia do clero católico, que visava estabelecer-se institucionalmente nas principais cidades brasileiras. Os ocupantes das funções de bispos expressavam a doutrina ultramontana/romanizadora da Igreja Católica, isto é, estavam comprometidos com as orientações emanadas de Roma/Vaticano. A presença da diocese visava organizar a própria Igreja, que no entendimento das lideranças clericais, durante o Império, andou lentamente. Essa movimentação evidencia as implicações positivas da liberdade religiosa concedida pela constituição republicana.

Outra exortação dos pontífices e dos principais representantes do clero brasileiro consistia na determinação de criação de centros culturais para aglutinar a elite intelectual e política do país. Nesse aspecto, a diocese deveria fomentar a vinda de ordens religiosas, a criação de escolas, de hospitais, de projetos socioassistenciais, bem como de jornais, revistas e espaços de estudos e de formação moral, filosófica e teológica dos grupos com potencialidade a ocuparem cargos políticos de destaque nos cenários regionais e no nacional.

No Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme estabeleceu o *Centro Dom Vital* e a *Revista A Ordem*, ambos no início da década de 1920. Em torno desses espaços, aglutinou personalidades leigas que se tornaram por longas décadas *soldados* do catolicismo no Brasil, entre os quais destacamos Jackson Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. No Paraná, foi criado, ao longo dos anos de 1920 e de 1930, um conjunto de instituições que promoveu o encontro de personalidades leigas que se destacaram na política do Estado e no estabelecimento de diversos espaços culturais e intelectuais, dentre eles mencionamos o *Círculo de Estudos Bandeirantes* (1929) e a *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná* (1938).

A estratégia de criação do laicato católico consistia em uma ação direcionada a uma pequena parcela da população brasileira, ou seja, aglutinar e formar um grupo de intelectuais e políticos comprometidos com o ideário católico. Além dessa estratégia, a Igreja Católica criou projetos que visavam intervir entre os diferentes grupos sociais, como, por exemplo, os círculos operários católicos, a congregação mariana, as missões, etc. Essas intervenções consubstanciavam um caráter mais moral e eucarístico à ação católica. Por outro lado, a ação “pelo alto” visava formar a juventude com base nos fundamentos filosóficos e teológicos da Igreja Católica, cuja missão foi atribuída aos centros superiores de cultura (*Centro Dom Vital/Círculo de Estudos Bandeirantes*), os quais formaram os principais responsáveis pela criação das faculdades e universidades católicas na capital da República e na capital do Paraná.

Foi a partir do final da década de 1920 que o grupo católico passou a lutar efetivamente pelo controle do Ensino Superior no Brasil. Naquele momento, “segundo o ideário católico, a reforma na consciência das elites só se operacionalizaria, basicamente, através do sistema de ensino superior. A cosmovisão católica percebe a universidade como centro nevralgico de toda a estrutura social” (SALEM, 1982, p. 128). Os católicos se aproximavam do Estado, a fim de manter a presença de sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, já expressavam o desejo de implantar o sistema particular de Ensino Superior. Ou seja, não dispensavam a boa relação com o Estado, mas também não acreditavam absolutamente na aliança com o poder civil.

A constituição de faculdades católicas era orientada pelos documentos oficiais da Igreja. Em 1934, no Rio de Janeiro, os católicos organizaram o Primeiro Congresso Católico de Educação, no qual Alceu Amoroso reiterava o papel do laicato no processo de organização de projetos formativos, sobretudo ao fundar instituições de Ensino Superior. Esse congresso foi promovido pela Coligação Católica Brasileira, quando foi declarada a necessidade de criar uma universidade subordinada à Santa Sé e ao episcopado brasileiro. Em 1939, foi realizado o Primeiro Concílio Plenário Brasileiro, na Bahia, no qual se expressou a última grande manifestação para criação da universidade católica.

O Instituto Católico de Estudos Superiores e a Associação dos Universitários Católicos foram considerados os embriões do projeto universitário católico no Brasil. Essas duas instituições, segundo Salem,

(...) embora com sentidos bastante distintos, foram as entidades geradas para uma atuação da Igreja do domínio universitário. Essas são, em suma, as instâncias mediadoras que remontam o trajeto entre a eclosão do movimento católico, em 1922, e a fundação das Faculdades Católicas, em 1941. (SALEM, 1982, p. 120).

O Instituto Católico de Estudos Superiores representava fundamentalmente o germe da futura universidade católica. Até 1932, o Centro Dom Vital promovia cursos e palestras para grupos externos. Já

O nascimento do Instituto Católico assinala um avanço nessa situação à medida que passa a oferecer um *currículum* com a duração de dois anos (...). A nova entidade se especializa na tarefa de transmitir uma cultura católica superior abolindo o cunho de difusidade e amadorismo das palestras e cursos até então vigentes. (SALEM, 1982, p. 121).

Os anos de 1930 representaram uma substantiva ação dos católicos no processo de criação de faculdades confessionais. Eles visavam estabelecer os seus espaços próprios de Ensino Superior, embora não tenham interrompido o diálogo com o Estado. Foi nesse contexto que foi implantada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em 1938, a qual, a partir de 1939, passou a ser coordenada pelos católicos. Para o grupo católico, essa instituição representou a origem da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba, criada em 05 de agosto de 1950¹.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE CURITIBA: ENTRE O PODER ECLESIAÍSTICO E O PODE CIVIL

A FCFC foi criada em 05 de agosto de 1950. Na Ata de criação, publicada na Revista Humanitas, consta que:

Aos cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e cinquenta, sob a presidência do Revmo. Irmão Mário Cristóvão, da União Brasileira de Educação e Ensino, reuniram-se na sala de sessões da Academia D. Pedro II, os Senhores Professores [...] em assembléia especialmente convocada para organização duma Faculdade Católica. (REVISTA HUMANITAS, 1956, p. 8).

No ato de fundação da Faculdade Católica, os principais integrantes do grupo responsável pela criação do Círculo de Estudos Bandeirantes estavam presentes, a saber: José Loureiro Fernandes, Valdemiro de Freitas e Liguaru Espírito Santo. Entretanto, na lista de professores constavam representantes do clero, bem como outros integrantes do CEB, dentre os quais destacamos Manoel Lacerda Pinto, Homero de Barros, Bento Munhoz da Rocha Neto, Brasil Pinheiro Machado, José Cordún (Irmão Luiz Albano), Pe. Luiz Castagnola, Estefano S. Neto (Irmão Ruperto Félix) e Thibaut Conturier (Irmão Mário Cristóvão).

A presença do laicato católico na criação da FCFC evidencia dois aspectos: primeiro, a ação aglutinadora da Igreja Católica ao incorporar os intelectuais; e segundo, os centros culturais católicos traduziam-se em capital cultural aos próprios intelectuais.

No encontro de criação da referida faculdade, o representante da União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE)² “expôs [...] as finalidades da reunião, mostrando a conveniência, sem o mais leve caráter de concorrência ou de rivalidade a qualquer escola, da fundação duma Faculdade católica de Filosofia, Ciências e Letras” (REVISTA HUMANITAS, 1956, p. 8). Além disso, sugeriu a nomeação de uma comissão, a fim de elaborar os estatutos e o regimento interno da nova instituição. Posteriormente, Loureiro Fernandes, então Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da

Universidade do Paraná, destacou o papel eficiente da UBEE e manifestou apoio “à iniciativa feliz e oportuna de se fundar uma entidade educacional de grau superior e de diretrizes católicas [...]” (REVISTA HUMANITAS, 1956, p. 8).

Em 10 de agosto de 1950, foi solicitada autorização de funcionamento para os cursos de Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia. Em 1956, aqueles cursos, juntamente com o Curso de Didática, já tinham obtido o reconhecimento pelos órgãos do governo federal. Em 1955, a Faculdade solicitou autorização para funcionamento dos cursos de Ciências Sociais e Jornalismo.

Nesse mesmo ano, pelo Decreto n. 37.691, de 26 de dezembro, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba passou a denominar-se Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba. A primeira denominação consta na ata de fundação como sugestão de Loureiro Fernandes. Em 14 de março de 1952, o grupo da Faculdade discutiu e aprovou a mudança de nome, quando o Diretor Prof. José Pires Braga defendeu que “[...] se mudasse o nome atual, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba, para Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba” (FERRARINI, 1999, p. 52)³.

Em termos formais, a criação da FCFC representou o estabelecimento do Ensino Superior católico nas terras paranaenses. Entretanto, é preciso considerar que os maristas coordenavam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, desde 1939, embora não se denominasse oficialmente faculdade católica. A partir de 1950, a capital paranaense passou a ter duas Faculdades de Filosofia. A mais antiga (FFCL) estava sob os cuidados do governo federal. E a FCFC estava sob o controle dos maristas. No entanto, grande parcela do corpo docente da primeira exercia atividades na segunda, o que indica que havia em ambas a mesma orientação ideológica, ou seja, os projetos universitários das duas faculdades expressavam o ideário católico.

A constituição da FCFC expressou a pretensão de manter certa autonomia e independência da Igreja Católica em relação ao poder civil, pois assim que foi iniciado o processo de federalização da Universidade do Paraná (UP), em dezembro de 1949, o grupo católico (laicato, maristas e diocese) discutiu e fundou, em 05 de agosto de 1950, a nova instituição de Ensino Superior nesse estado. Ou seja, antes mesmo da oficialização da federalização da UP, ocorrida em dezembro de 1950, fora criada a FCFC. A afirmação de que a Igreja desejava manter sua independência do Estado ao organizar o Ensino Superior é sustentada pelos documentos por nós utilizados, mas também pela historiografia brasileira que discute a presença da Igreja Católica no Ensino Superior. Por outro lado, essa iniciativa não representou o confronto com o poder civil, pois o grupo católico compreendia a sua ação educativa, como complementar as iniciativas do Estado. Nesse aspecto, estabeleceu relações que visavam angariar subvenções (financiamento, doação de terrenos, isenções de impostos e taxas) para seus empreendimentos educacionais.

A constituição da FCFC foi resultado da ação conjunta da elite intelectual, política e religiosa do Paraná. A Arquidiocese de Curitiba expressava a aglutinação intelectual, religiosa e política da Igreja Católica nesse Estado, pois a ação do clero estabeleceu espaços culturais e intelectuais (escolas, centros de estudos e faculdades) que objetivavam promover debates e reflexões teóricas, mas também preparar dirigentes políticos e técnicos para ocuparem as esferas do Estado. Além disso, o clero implementou outros ambientes de intervenção político-pastoral (círculos de orações, celebrações eucarísticas, criação de novas dioceses, de paróquias). Na ação da Igreja Católica são indissociáveis os aspectos políticos, sociais, educativos e religiosos. Por exemplo, a criação de uma escola de Ensino Superior constitui o interesse de intervir em todos aqueles aspectos, no entanto, a formação intelectual ganha centralidade.

A ação da Igreja Católica se expressou no movimento da Arquidiocese e da Congregação Marista. Em 1924, os maristas chegaram ao Paraná por meio do Bispo D. João Francisco Braga. Em 1925, iniciaram suas atividades educativas com o Instituto Santa Maria. Em 1939, assumiram a direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, por intermédio do Irmão Mário Cristóvão, Provincial dos Irmãos Maristas da Província do Brasil Central. Os maristas assumiram a FFCL com a tarefa de disponibilizar à instituição o prédio, os funcionários e o material didático e pagar os professores com salário igual ao dos professores do Ensino Secundário. A referida Faculdade de Filosofia não seria confessional, não obstante, os professores se absteriam de provocar debates sobre religião em sala de aula. Em 1950, a FFCL foi repassada ao governo federal, no entanto o prédio, os laboratórios e a biblioteca passaram a ser patrimônios da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba.

A Arquidiocese de Curitiba estava sob a coordenação de Dom Manuel D'Elboux, nomeado pelo Papa Pio XII no dia 19 de agosto de 1950⁴. A ação deste prelado se materializou na criação da Sociedade Paranaense de Cultura (SPC). Em 31 de dezembro de 1950, foi fundada esta associação civil de fins educacionais e filantrópicos, destinada a congregar e fundar faculdades e institutos de Ensino Superior. A ata de criação dessa instituição relata que:

No dia 31 de dezembro de 1950, reuniram-se no Palácio Arquiepiscopal de Curitiba o Exmo e Rvmo Dom Manuel da Silveira D'Elboux, D. D. Arcebispo Metropolitano, Mons. Lamartine Corrêa de Miranda, D. D. Vigário Geral, o P. Dr. Geraldo Fernandes, o P. Dr. Valério Alberton, P. Edmundo Dreher, o P. Dr. Artidário Aniceto de Lima, o P. Dr. João de Castro Engler, o Irmão Mário Cristóvão, Padre Jerônimo Mazzaroto, Dona Irena Teixeira de Freitas. Dr. José Pires Braga e P. Vicente Vitola, com o fim de tratar assuntos referentes ao Ensino e Educação, principalmente ao Ensino Superior que há muito tempo vem sendo objeto de sérias preocupações da Igreja no Paraná. (SOCIEDADE PARANAENSE DE CULTURA, 1950, p. 1).

Na referida reunião foram aprovados os Estatutos da Sociedade Paranaense de Cultura compostos pelos capítulos “da natureza, denominação, sede e fins”, “do patrimônio”, “dos sócios”, “da direção”, “da representação, extinção e responsabilidade”. Naquele dia ficou definido que a Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba seria mantida e dirigida pela União Brasileira de Educação e Ensino. O papel principal do Arcebispo foi estabelecer a SPC, instituição responsável por aglutinar os esforços do clero e do laicato para a criação de várias escolas e faculdades que culminaram na Universidade Católica do Paraná (1959).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Na introdução destacamos que este artigo objetivava discutir duas questões fundamentais: a história do Ensino Superior no Paraná e o papel dos intelectuais na organização da FCFC. Esta narrativa caracterizou o processo de constituição da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba à luz do debate nacional e internacional de consolidação e expansão do Ensino Superior. Na historiografia brasileira, diversos pesquisadores se debruçaram sobre a temática do Ensino Superior. Na historiografia paranaense, existem algumas obras que elegeram o problema do Ensino Superior como objeto de discussão. Nesses termos, a contribuição desta análise é ampliar a compreensão da história do Ensino Superior ao divulgar à comunidade acadêmica o processo de expansão desse grau de ensino no Estado do Paraná. Assim, apresentou ao leitor que a educação e o Ensino Superior constituíram-se em domínios de diferentes grupos sociais e intelectuais. No caso brasileiro, é notável a figura do Estado no processo de constituição de políticas que visavam à implantação de instituições de Ensino Superior. Essa situação explica as contínuas disputas para ocupar as esferas do Estado, entre os grupos defensores da educação laica e os propositores da educação confessional. No Paraná, por exemplo, as instâncias do poder eclesiástico estavam muito próximas das instâncias do poder civil, o que foi determinante para a ação conjunta em defesa de faculdades e universidades comprometidas com a tradição católica.

É impensável a existência das faculdades e universidades sem a ação dos intelectuais – os agentes públicos – (letrados e políticos). Esses grupos postulavam ser portadores da missão de conduzir o seu Estado em direção à modernização e à renovação cultural. O capital cultural oriundo das instituições de Ensino Superior legitimava a “vocação” política desses intelectuais, pois a tendência moderna é de que esses agentes se institucionalizem na universidade. À Igreja Católica foi fundamental a existência de faculdades e universidades confessionais, pois eram esses ambientes acadêmicos que davam legitimidade ao seu discurso político-pastoral. Foi essa situação que impulsionou a ação do clero para a criação de instituições de Ensino Superior que promovessem a harmonia entre a cosmovisão transcendental (metafísica) e a cosmovisão material (ciência).

A intervenção do laicato católico foi de substantiva importância para a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba. A participação desse grupo ocorreu na condição de professores, de coordenadores e de diretores de cursos e de dirigentes políticos. É importante ressaltar que a Igreja Católica investiu na criação de centros culturais e na criação da Liga Eleitoral Católica, a fim de formar indivíduos com capacidade para dirigir o estado e, por consequência, aproximar os interesses entre o poder civil e o poder eclesiástico. Portanto a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba foi resultado da ação conjunta de representantes do clero (congregação

marista/Arquidiocese de Curitiba) e do laicato católico (professores/dirigentes políticos do Estado do Paraná). A constituição dessa Faculdade confessional representou um momento importante para a ação da Igreja Católica no Paraná, pois a ela foi atribuída a missão de formar as novas gerações sob a égide de um arcabouço intelectual, moral, cívico e teológico.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO HUMANITAS. Universidade Católica do Paraná. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Curitiba (1962-1969).

CAMPOS, N. de. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)**. Curitiba: Editora da UFPR, 2009.

_____. Intelectuais católicos e a educação no Paraná nas décadas de 1920 e 1930. In: VIEIRA, C. E. (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: UFPR, 2007.

_____. **Intelectuais e igreja católica no Paraná**. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

CHARLE, C.; VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo: UNESP, 1996.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE CURITIBA. **Ata da sessão de fundação da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba realizada no dia 05 ago. 1950**. Livro 1, p. 1-2.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE CURITIBA. **Ata da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba realizada no dia 14 mar. 1952**. Livro 1, p. 9.

FÁVERO, M. de L. de A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: UFRJ/INEP, 2000.

FERRARINI, S. **Alicerces da Pontifícia Universidade Católica do Paraná**. Curitiba: EDUCA, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

MAZZONI, J. R. **Universidade brasileira: primeiro ciclo em questão**. Bauru: EDUSC, 2001.

MICELI, S. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1974.

REVISTA HUMANITAS. **Revista da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba**. Curitiba (1956-1960).

SALEM T. Do Centro Dom Vital a universidade católica. In: Schwartzman, Simon (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982. p. 97-134.

SOCIEDADE PARANAENSE DE CULTURA. **Ata da sessão de fundação da Sociedade Paranaense de Cultura realizada no dia 31 dez. 1950**. Livro 1, p. 1-3.

NOTAS

¹ Em 1946, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) compôs a Universidade do Paraná. Em 1950, com a federalização, a FFCL deixou de ser coordenada pelos maristas.

² A União Brasileira de Educação e Ensino era a Mantenedora da Congregação Marista.

³ A consulta a esta Ata foi feita por meio da obra *Alicerces da Pontifícia Universidade Católica do Paraná* de Sebastião Ferrarini.

⁴ Dom Manuel da Silveira D'Elboux nasceu em Itu-SP no dia 29 de fevereiro de 1904. Em 10 de janeiro de 1940, foi nomeado Bispo Auxiliar (Diocese de Ribeirão Preto) de Dom Alberto José Gonçalves pelo Papa Pio XII. Em 31 de janeiro de 1946, foi nomeado sucessor de Dom Alberto José Gonçalves, tendo tomado posse no dia 28 de março do mesmo ano. No dia 19 de agosto, Dom Manuel foi nomeado Arcebispo de Curitiba pelo Papa Pio XII. Ele faleceu no dia 5 de fevereiro de 1970.